



A ECONOMIA POLÍTICA DO TURISMO

POLITICAL ECONOMY OF TOURISM

Diego de Souza - UnB^{*1}

Palavras-Chave	Resumo
<p>Estudo do turismo; Economia política; Sociedade; Capitalismo.</p> <div data-bbox="165 1086 403 1346" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>ISSN 2594-8407</p><p>Licenciada por <i>Creative Commons</i> Atribuição Não Comercial/Sem Derivações / 4.0/</p></div>	<p>O turismo, uma prática social complexa, tem suas raízes nas mudanças econômicas e sociais desencadeadas pela Revolução Industrial e pelo desenvolvimento do capitalismo, transformando-se ao longo dos últimos 150 anos. Este artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva crítica, a evolução do turismo através de três momentos: antes da Revolução Industrial, durante a consolidação do capitalismo até a década de 1970, e no período informacional desde os anos 1980 até os dias atuais. A análise será conduzida utilizando a metodologia de análise de conteúdo de referenciais bibliográficos, com o foco em livros e artigos de autores das áreas de Turismo, Geografia, Sociologia e Economia, com a finalidade de traçar um panorama abrangente das transformações no turismo ao longo dos períodos mencionados para entender como a sociedade influenciou e foi influenciada pelo turismo. Este estudo contribui significativamente para o conhecimento acadêmico ao reconstruir teoricamente a Economia Política do turismo. Ao destacar as influências da sociedade no turismo e vice-versa, este trabalho oferece referenciais para pesquisadores nas áreas de ciências humanas e sociais, enriquecendo a compreensão sobre a complexidade dessa prática social ao longo do tempo.</p>



Keywords	Abstract
<p><i>Tourism studies; Political economy; Society; Capitalism.</i></p> <div data-bbox="167 779 416 1111" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>Submetido em: 25/05/2023 Aprovado em: 30/10/23 Publicado em: 20/11/23</p><p>Editor: Izac Bonfim</p></div>	<p><i>Tourism, a complex social practice, has its roots in the economic and social changes triggered by the Industrial Revolution and the development of capitalism, transforming itself over the last 150 years. This paper aims to analyze, from a critical-Marxist perspective, the evolution of tourism through three moments: before the Industrial Revolution, during the consolidation of capitalism until the 1970s, and in the informational period from the 1980s until the present day. The analysis will be conducted using the methodology of content analysis of bibliographical references, with a focus on books and articles by authors in the areas of Tourism, Geography, Sociology and Economy, with the purpose of drawing a comprehensive overview of the transformations in tourism over the years, mentioned periods to understand how society influenced and was influenced by tourism. This paper contributes significantly to academic knowledge by theoretically reconstructing the Political Economy of tourism. By highlighting the influences of society on tourism and vice versa, this work offers references for researchers in the areas of human and social sciences, enriching the understanding of the complexity of this social practice over time.</i></p>

Como Citar (APA):

Souza, D. de (2023). A Economia Política do Turismo. *Ateliê do Turismo*. 7 (2). 260 – 280. <https://doi.org/10.55028/at.v7i2.18737>



INTRODUÇÃO

A Economia Política analisa como uma produção, sua circulação, e distribuição, desenvolve uma sociedade e também como esta é alterada por aqueles fatores, por meio do trabalho, e com isso muda, por fim, a realidade. Também cabe à Economia Política, o estudo de como essa dinâmica anteriormente citada implica na política, na história, na cultura, no espaço, e na sociedade. Para esta se ater a ela, deve-se pensar que essas relações, nos tempos atuais, foram constituídas e integradas com o nascimento e a consolidação do capitalismo e do valor de troca como base elementar do mercado capitalista, inclusive no turismo.

Antes, apesar de deslocamentos de pessoas ocorrerem desde a pré-história, inclusive para fins alheios à reprodução da vida e do trabalho, como para a recreação e o lazer, o turismo, como elemento compositor da vida e das relações sociais, tal qual se conhece na atualidade, considerado como prática social e fenômeno da vida moderna, somente pode ser pensado assim após a Revolução Industrial, como apontam Trigo e Panosso Neto (2003) e Siqueira (2005). Após esse período, a partir da concepção ideológica imposta pelo capitalismo, conhecida como liberalismo ou filosofia liberal, o fugidio e a destinação de tempo para o não-trabalho, para fins de conhecimento e descanso, são um mote modernizador e progressista ante o pensamento vigente e as suas premissas impostas pelo modo de produção feudalista e seus *habitus*, como indica Harvey (2009).

Quando o modo de produção capitalista passou a compor a realidade das relações socioeconômicas na Europa, sobretudo ao decorrer do Século XVI, a nascente classe que futuramente denominar-se-á como burguesia, a partir da acumulação de capital provinda pelo valor de troca dos bens de consumo, passou a ter algum peso político nas decisões, o que antagonizou-a com a nobreza. Das convergências entre a elite política e econômica vigentes, com fins à necessidade de dominação da natureza e das relações econômico-sociais, foi criado um código de regras que visou a centralização das práticas econômicas, e a unificação do mercado nacional para intervir na oferta do mercado de matérias-primas, cabendo a essa entidade unificar e regular as decisões tomadas por esses agentes hegemônicos. Nessa circunstância, o Estado Nacional foi criado, aponta Singer (1987).

Até o início do Século XX, o turismo começou a ser minimamente sistematizado, mas somente como uma prática mercadológica, cujos polos centralizadores do planejamento dava-se a partir do binômio oferta-demanda. Ele, em si, existia para abrigar o mesmo desejo empunhado pelo liberalismo de fugidio e descanso, e isso alcançara, em certo sentido, as classes dominantes, que dispunham de capital excedente para os gastos com viagens. O Estado, nesse caso, agia para facilitar o deslocamento e o



trânsito dos seus cidadãos, mas somente na esfera burocrática, como descreve Ignarra (2003).

Conforme interpretação de Rejowski (2002), Barbosa (2002), Siqueira (2005) e Harvey (2009), isso começa a mudar, notadamente, a partir da Crise de 1929, mas mais latente após o período pós-guerra, quando: a) sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, em decorrência da implementação do Estado de bem-estar social, a classe trabalhadora conquista direitos sociais no que tange férias, inclusive remuneradas, e descansos, o que permite um aumento expressivo de pessoas com a possibilidade de fazer turismo; b) compressão do espaço-tempo em decorrência do avanço das técnicas, sobretudo tecnologias nas áreas de circulação e de transportes, o que permitiu um maior número de pessoas a estarem mais longe de casa e em um menor período de tempo; c) psicossfera caracterizada, cada vez mais, pelas trocas culturais entre diferentes lugares, o que faz, intimamente, crescer o desejo de viajar; d) em decorrência do aumento do número de turistas e do fluxo de turismo, os impactos positivos são alçados, mas junto com eles, os negativos.

Essas quatro situações, dadas as ações de intervenção do Estado da economia a partir de concepções econômicas anticíclicas, com base filosóficas oriundas das teorias keynesianas, em maior ou menor grau, produziram, em certo sentido, as primeiras ações de governo, ou seja, políticas públicas, feitas especificamente para o turismo e sua gestão no território. Primeiro, houve um efeito regulatório, para regular o fluxo, os impactos econômicos, ambientais, e sociais. Segundo, um movimento para dotar de infraestruturas os territórios turísticos, quando as empresas não detinham a capacidade de produzi-las, com o incentivo, através de créditos, para a construção de hotéis, atrativos turísticos e aeroportos, e a constituição de companhias aéreas.

Com a instituição da condição pós-moderna, o turismo como prática se adaptou, em consequência da informacionalização da sociedade e das relações socioeconômicas, imposta após a década de 1980, o qual, como característica, as relações econômico-sociais tornaram-se mais fluídas e dinâmicas, em decorrência do aparecimento da internet e sua consequente instantaneidade das relações. Neste estágio, a apreensão do modo de produção capitalista, como práxis, agiu, por um lado, numa desregulamentação das normas e da atuação do Estado, mas ao mesmo tempo, com a inserção de novos agentes-atores nas relações de produção do turismo, e um caráter endógeno de seu planejamento político-econômico.

Este artigo irá analisar o turismo, por uma concepção de reconstituição da economia política, e nisso, como o turismo foi animado, constituído e materializado. O turismo, fenômeno que implica a discussão em diversas dimensões, também é debatido nas ciências econômicas, o que revela a importância dessa discussão também a partir desse prisma.



Porém, é importante destacar que a visão da Economia Política não é puramente econômica, pois não se restringe à econometria e números, mas compreende como fatores políticos e sociais das relações econômicas implicam na realidade da sociedade. Por isso que, inclusive, o referencial teórico deste trabalho parte de autores que não estão presos à economia ou estritamente ao turismo, mas também são da Geografia, da Filosofia e da Sociologia, e têm como base a análise da sociedade, por um entendimento dado pelo método dialético, o qual também será incorporado por este trabalho, como o sociólogo Manuel Castells, que analisa a sociedade informacional dada por um processo capitalista, Milton Santos, e David Harvey, geógrafos que analisam as transformações espaciais a partir de dinâmicas econômicas, e os próprios teóricos do turismo, como Mario Carlos Beni, Susana Gastal, e Sérgio Molina, que partem de suas análises a partir de uma interlocução do turismo como um processo estruturado na práxis capitalista.

Assim, esta análise de Economia Política tem uma abordagem multidisciplinar, que como resultante, tem como objetivo a visão do turismo por outro prisma, partindo da economia, e como esta implica e é implicada por outras instâncias. Por fim, essa análise dado o ângulo de várias ciências constitui uma ferramenta que contribui não só com o turismo, mas com outras áreas de conhecimento, a fomentar a importância do turismo como um elemento central de estudo dentro das ciências sociais e humanas, assim como das ciências políticas, históricas e econômicas.

Para fins didáticos, este artigo está dividido em três partes: o “turismo”, entre aspas, antes da consolidação do modo de produção capitalista, até fins do Século XVIII; o turismo como prática social moldada pelas relações sociais causadas pelo capitalismo, bem como o incremento de novas tecnologias a ele, como um elemento de capacidade produtiva, que dura até a década de 1980 do Século XX; e o turismo na era informacional e da acumulação flexível, que recobre os últimos quarenta anos e é vigente até a atualidade.

O turismo como “prática social” antes da consolidação do modo de produção capitalista

Deve-se ter em conta que os deslocamentos sobre o espaço geográfico sempre ocorreram. Antes da criação das cidades como pólos concentradores de serviços e aglutinadores de população, o nomadismo se destacava pela de locomoção do ser humano para a subsistência dos povos, como destaca Mumford (2008). Essas implicações devem ser levadas em conta, pois há uma diferenciação entre o turismo de nossa realidade e os de outrora. Essa mudança deu-se no fim da esteira do Mercantilismo.

Nos primeiros movimentos de apropriação do homem sobre a natureza, o incipiente do que na atualidade pode ser considerado como turismo, deve ser pormenorizado, pois os deslocamentos davam-se para um fim específico, sem nenhuma



relação em seus componentes sistêmicos e a inexistência, por exemplo, de equipamentos e infraestruturas cujas funções fossem unicamente a turística, além da ausência de interação de sujeitos sociais para consolidá-lo, nem sob o prospeito individual ou de grupos específicos, afirma Barbosa (2002). A exceção foram as iniciativas estabelecidas no Império Romano, pois é relatada a ocorrência, a partir de uma prática social existente e sistematizada, do que no presente entende-se como turismo. Barreto (2003) observa que meios de circulação ligavam Roma à maior parte da extensão do Império, pois há o registro de deslocamentos com intencionalidades ao lazer e ao descanso, com bens de produção direcionados com essa função específica. Porém, como argumenta Siqueira (2005), não existia a constituição de uma prática dada a partir do trabalho, e de sistematização com as forças produtivas – tudo o que é necessário para produzir qualquer bem e serviço, como marquinhas, tecnologia e instrumentos técnicos – com a sociedade.

Com o avançar do tempo histórico e o surgimento da Idade Média, na qual houve a imposição do modo de produção feudalista, a terra era o principal componente econômico e social na Europa, e a partir dos desdobramentos produzidos pela configuração territorial concebida, e sua conseqüente divisão do trabalho - cuja materialização do território e suas representações entre proximidade entre clero, nobreza, e servos - cristalizava-se no espaço geográfico, e as relações socioeconômico-espaciais afinçavam-se em um determinado território, o que acarretou a necessidade de não-realização de deslocamentos, com exceção de interações com conotações de sobrevivência e de “obrigações” institucionais.

Siqueira observa:

“As sociedades pré-capitalistas, apesar de suas diferenças, além de serem caracterizadas pela presença de vários cultos, de várias formas de compreensão e apreensão da realidade, tinham outra característica comum: o dinheiro, ainda que existisse, não era a marca mais importante das trocas que existiam entre as pessoas [...] as relações de poder se estruturavam, sobretudo, em torno da terra. [...], mas o que mais importava nos intercâmbios, nas trocas, era o “valor de uso” das coisas que produziam. O dinheiro [e, portanto, a sua acumulação] era apenas um elemento que possibilitava a troca.” (Siqueira, 2005:, p. 37-38).

e Singer acrescenta:

“A vida das pessoas dependia apenas parcialmente do mercado; seu consumo básico estava ligado à economia doméstica. Em conseqüência, os padrões de consumo eram bastante rígidos em quantidade e qualidade. Ele estava longe ainda de representar a riqueza em geral. Para a grande massa do povo, as

265



necessidades a serem satisfeitas mediante o uso do dinheiro eram limitadas e, por isso, a necessidade de dinheiro também o era. O tempo dedicado a ganhar dinheiro devia ser menor do que o dedicado à produção para o autoconsumo e a atividades não-econômicas de cunho religioso, recreativo, etc.” (Singer, 1987, p. 13)

Desde o Mercantilismo, a própria formação socioespacial das configurações territoriais do mundo inverteu-se. A acumulação primitiva - primeiro pelos excedentes causados na Europa provocados pela colonização da América Latina, África e Ásia, além do estabelecimento comercial, por meio da Rota da Seda, e depois das linhas de navegação - possibilitou o acúmulo de capital, e, portanto, os comércios, trocas e relações passaram a ter valor de troca, diferenciando-se da realidade imputada pelo modo de produção feudal. Neste instante, como afirma Singer (1987), o dinheiro circulante agrega-se à produção, e não se limita somente à troca e à circulação, tornando-se ativo para a produção de mercados estabelecidos entre produção e venda.

Com a necessidade de expansão, o capital manufatureiro necessitou de cada vez mais mercados para comprar matérias-primas e vendê-las manufaturadas, acirrando-se uma disputa entre ele, apoiado pela nobreza, e entre os comerciantes locais, resquícios do modo de produção feudal, antigos aliados da realeza. Dessa luta de classes, que futuramente dará origem ao modo de produção capitalista, se criaram os primeiros Estados Nacionais, que tiveram como primeiras tarefas, proferir símbolos, regulamentos e normas.

Singer (1987) é sucinto ao explicar que o Estado, como indutor de ações, surgiu, para primeiramente preservar os interesses comerciais, sobretudo para lidar com as questões econômicas e monetárias:

“Sua estratégia de expansão requer a unificação do mercado nacional (inclusive os das colônias) e a sua dominação mediante o monopólio político. Ele necessita da intervenção do Estado Nacional para eliminar seus rivais do mercado, sejam estes artesãos locais ou manufatureiros estrangeiros. Segundo a doutrina mercantilista, cabe ao Estado promover as exportações e limitar as importações, de modo a maximizar o saldo comercial e deste modo promover a entrada de dinheiro (ouro ou prata) no país para reforçar o Tesouro real”. (Singer, 1987, p.18).

Com o advento da Revolução Industrial, a disputa hegemônica de classes, entre realeza e comerciantes, chega ao fim. As máquinas agora substituem o trabalho humano e esse fica subjugado a mera engrenagem do bem-de-produção. A substituição das pessoas por aquelas apresentou ganhos para o capital, pela diminuição dos custos, e pelo aumento da quantificação da produção, o que permitiu ainda mais acúmulo monetário, por parte dos manufatureiros.



Paralela à ascensão da burguesia ao poder, consolidando o seu bojo econômico, e paulatinamente, o político, surge, paralelamente, duas correntes: o liberalismo e o iluminismo. O primeiro é a ideologia, ou o arcabouço ideológico a qual justifica que, diferentemente do período mercantil, os mercados deveriam se unir, competindo livremente entre um e outro, com o mínimo de intervenção estatal. Assim, o seu desenrolar é iminentemente político e depois econômico. O iluminismo, por sua vez, foi o movimento científico, ideológico e academicista que congregou todo o pensamento de oposição entre o velho e o ora vigente. O seu sinônimo era modernidade. As principais premissas era de que:

“O pensamento iluminista abraçou a ideia de progresso e buscou ativamente com a história e a tradição esposada pela modernidade. Foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para liberar os seres humanos de seus grilhões [...] Na medida em que ele também saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano, os pensadores iluministas acolheram o turbilhão da mudança e viram a transitoriedade, o *fugidio* e o fragmentário como condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia ser realizado” (Harvey, 2009, p. 23, *grifo meu*).

O aumento da circulação do dinheiro, a consolidação do modo de produção de capitalista no modo de vida, de produção e de mercado, e após a Revolução Francesa, a captura política por parte da burguesia ao Estado Nacional, que se organizava mediante leis, normas e regulamentos, surge a noção da “fuga do cotidiano”, conforme apontam Harvey (2009) e Barbosa e Silva (2011). Esse conjunto substancializou um sentimento de modernidade, o que permite dizer que, nessa apreensão, o hábito do fugidio e, em certa medida, do “viajar”, foi semeado a partir de uma concepção iluminista, notadamente nos estratos mais abastados da sociedade.

Iniciando-se no Século XVIII, os centros de banho - configurados no interior da Inglaterra, distante das aglomerações urbanas e do mar, na época mitificado como algo insalubre - tinham como a principal função tratamento com fins de saúde. Como aponta Ignarra (2003), eles passaram a ser procurados para fins de bailes, eventos, festas e espetáculos de entretenimento. Nesse período, surgiu o *Grand tour*, viagens programadas e planejadas para os filhos das elites das realezas europeias ou da nascente classe burguesa, cuja finalidade era de cunho educacional e científica - era circunscrito aos atrativos turísticos países europeus, sobretudo França e Itália, com no máximo, às pirâmides do Egito.

Com a Revolução Industrial, a tecnologia, sobretudo no tocante à locomoção,



avançara consistentemente. A priori, a sua função era logística, como transporte de mercadorias pelos trens e barcos a vapor. Essa crescente da importância da técnica no espaço-tempo consolidou-se a partir da estabilização política da burguesia no cenário político e econômico local e global, a sua dominação passou a ser, paulatinamente, social, econômica, e espacial, com um enorme peso e desdobramentos geopolíticos.

Paralelamente a esse processo, a partir dos fluxos gerados a partir do avanço das técnicas nos sistemas e na tecnologia de mobilidade e transporte, configurou-se um compartilhamento entrecruzado entre cidades do turismo por causa explícita do turismo e de seus fluxos e ações, cujas configurações eram restritas ao espaço urbano e ao norte global, notadamente no continente europeu. Não por acaso, essas cidades que compunham uma inicial estruturação do que hoje se entende como rede, representadas por aquelas com maior dotação de infraestrutura básica e turística e maior número de turistas, que como um ciclo, se apropriaram das técnicas suscitadas no início deste parágrafo e produzem o espaço turístico. Essa concepção cria uma diferenciação espacial de uma cidade *versus* outra, o que culmina na criação de uma hierarquia, dada pelas condições de circulação e distribuição da produção.

Por fim, as atividades produtivas do turismo, ou seja, a organização de uma produção que, como resultante, dar-se-á em bens e/ou serviços, apresenta-se como prática humano-social cuja parte da própria produção feita pela sociedade, são elevadas não somente para sua subsistência das pessoas, mas também para satisfazer as suas necessidades consideradas supérfluas, conjuntamente com o acúmulo de capital. Destarte, a sociedade passou a fazer turismo, e este passou a ser inserido na realidade das economias industriais. Assim, o turismo tornou-se parte do processo capitalista, quando ele passou a ser um serviço constituído e integrado por meios de produção próprios ou por outros o qual se apropria. Porém, o turismo, como prática social, ficava restrito às elites e àqueles que dispunham de capital para satisfazer essas necessidades pessoais.

O avanço das técnicas e a introdução de tecnologias de circulação e de transportes no turismo

A imposição do ser humano no meio social encontra, neste instante, um rompimento paradigmático, pois a sociedade apropriara-se, a partir da tecnologia e de um componente científico, da natureza para a reprodução da vida. A tecnologia sempre esteve presente na vida do homem, desde a apreensão da agricultura para estabelecer-se em alguma localidade, ao planejamento para a construção de uma infraestrutura ou de objetos no território. Porém, até a consolidação do modo de produção capitalista, ela era transformada por técnicas sem o componente científico, cuja dependência sobre ela ainda era demonstrada, de certa forma. A partir da Revolução Industrial, cria-se uma



relação de subordinação da natureza à sociedade. Neste instante, a ciência e a tecnologia uniram-se à vida social e constituíram-se uma espécie de mosaico, cuja interdependência entre os três vetores eram imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade, conforme Santos (2014) atenta:

“Com o sistema capitalista, começa o processo de unificação das técnicas, ainda que a diversidade no seu uso continuasse gritante, segundo os ligares. O fato de que os interesses do capital iam pouco a pouco tornando mais universais conduzia igualmente a que o aperfeiçoamento técnico pudesse ser mais rápido e o uso de técnicas emprestadas mais difusos” (Santos, 2014, p. 54).

As técnicas tornaram-se um meio para atingir um fim, ao se aliar à própria produção. A tecnologia concebida na esteira da Revolução Industrial cujo maquinário, sobretudo máquinas de tear mecanizadas, tornou-lhe imprescindível à acumulação do capital. As viagens, conclui Siqueira (2005), agora ligadas ao descanso e ao lazer, deixaram de ter um componente de essência da sobrevivência de uma sociedade e de suporte às obrigações institucionalizadas para uma prática e um uso social, sendo incorporada à estrutura capitalista.

Em decorrência da incorporação do iluminismo ao cotidiano, sobretudo na Europa, com o excedente de capital destinado ao tempo livre, e o barateamento dos deslocamentos, causados pelo incremento tecnológico, por meio das ferrovias e barcos a vapor, surgiram viagens com fins de lazer, conforme Rejowski e Solha (2002). O aperfeiçoamento e a especialização do turismo no território, materializado por empresas constituídas cuja função era unicamente de promover viagens, houve uma diminuição dos valores das passagens e, com isso, uma popularização. As atividades produtivas do turismo, incorporado neste período, apropriou-se das tecnologias de circulação e transporte, o que propiciou o surgimento de um mercado, define Barbosa (2002). Em contraponto, a classe trabalhadora era apartada, em decorrência das suas jornadas de catorze horas de trabalho, sete dias por semana.

Destaca-se, neste ponto, que as técnicas referidas foram apoderadas pelo turismo e a partir dessa apropriação, o próprio fenômeno começou a ser constituído na configuração das grandes cidades. Por causa delas, houve a constituição de infraestruturas e estabelecimentos do turismo, bem como um fluxo de pessoas, de mercadorias, de ações e demandas, alicerçadas por uma prática sistematizada, mercadológica e social.

Essa certeza é definitiva ao perceber que, a partir da percepção de que as viagens não são feitas somente por tons obrigatórios, mas são feitas também para forma de descanso, lazer e prazer, induziu-as à uma transformação em uma mercadoria de objeto e felicidade. Essa lógica suscitou incipiente psicofera, ou seja, um ambiente de desejos,



crenças hábitos e linguagens que propiciavam o "fazer turismo", que se definiu em duas vertentes: o *status* para a afirmação de classe, e a padronização da organização do turismo. Sobre o primeiro ponto, ao longo do Século XIX e da Segunda Revolução Industrial, a desigualdade no mundo capitalista acirrou-se ainda mais, apesar dos primeiros passos da conquista de direitos à classe trabalhadora. Por outro lado, com o seu estabelecimento, surgiu uma fetichização do espaço como mercadoria através das relações de produção do turismo, sobretudo pelas classes com poder econômico. Viajar passou a ser direitos de alguns e renegados para a maioria, uma forma de estratificação social e de se diferenciar na sociedade, define Urry (2007).

Sobre a segunda característica, havia o pensamento de que, para os estratos que podiam pagar, e a viagem era uma forma de regenerar a saúde física e mental longe das poluídas e escuras cidades do Século XIX, e reverberar o poder aquisitivo por meio do turismo. Sobre o segundo ponto, essa sistematização apontada projetou um pequeno consumo massificado do turismo, com deslocamentos, quantitativamente jamais vistos. Dessa forma, cria-se uma interligação do turismo ao modo de organização fordista, pois houve:

“A aquisição de mercadorias produzidas mediante condições de produção de massa; uma taxa alta e crescente, de gastos com produtos destinados ao consumidor; produtores individuais que tendem a dominar determinados mercados industriais; o produtor como dominante, mais do que o consumidor; mercadorias que pouco se diferenciam umas das outras em virtude da moda, das variações sazonais e de segmentos específicos do mercado; escolhas relativamente limitadas - aquilo que existe tende a refletir os interesses dos produtores, que a posse particular, quer pública -” (Urry, 2007, p.31).

Ao longo do Século XX, o turismo alterou-se somente por duas condições: o primeiro foio aumento do poder aquisitivo da classe média e da conquista de direitos trabalhistas pela classe trabalhadora nos países centrais, com a diminuição gradual das horas de serviço bem como a institucionalização de medidas anticíclicas, como as férias obrigatórias e remuneradas, o que possibilitou que parte dessas famílias fizessem turismo. Em paralelo, o desenvolvimento da indústria de transportes, a qual o turismo eficazmente apropria-se, aproximou ainda mais as localidades, consolidada na produção dos aviões e trens.

Nessa fase histórica, após a Crise de 1929 e o fim da Segunda Guerra Mundial, houve operíodo conhecido como a “Era de ouro do capitalismo”. Em um período entre meados da década de 1930 até o início da década de 1970, um pouco menos de 40 (quarenta) anos, a economia capitalista não se deparou com uma crise estrutural. E isso impactou econômico-socialmente nas realidades das pessoas, pois:



“Ao longo de todo o período 1945-1970, o setor público cresceu, na maioria dos países capitalistas, em termos absolutos e relativos. Isso se deu, em parte, pelo desejo de os governos controlar os serviços de infraestrutura (energia, transporte, comunicações) e de outros setores básicos, no intuito de planejar o desenvolvimento econômico. E, em parte, ocorreu também em resposta a demandas das classes trabalhadoras, que lograram em conquistas, nesses países, a socialização da medicina, a generalização do ensino médio e o aperfeiçoamento da previdência social. A acumulação do capital foi mantida em nível elevado para a expansão tanto do consumo privado como o do gasto público. (Singer, 1987, p. 55).

Essa composição também teve reflexos no turismo, observado, pois:

“A partir do final da Segunda Guerra Mundial, [quando] acontece uma grande revolução tecnológica, notadamente no setor industrial, que resulta em uma aceleração de riquezas e em uma escalada do poder aquisitivo de parcelas da população mundial. Os fatores de demanda nunca tiveram condições mais favoráveis para propiciar gastos em viagens de lazer. Um contínuo aumento do PIB, de 3% ou mais ao ano nos países da Europa Ocidental, propiciou um crescimento de 6% ao ano das viagens. O turismo mostrou-se elástico em relação à renda. Esse grande crescimento, no entanto, concentrou-se nos 25 países mais desenvolvidos do mundo. Esses países que englobavam menos de um quarto da população mundial concentraram 85% das chegadas de turistas internacionais e 80% dos gastos dos mesmos.” (Ignarra, 2003, p. 6).

A consolidação dessas benesses deu-se em decorrência de três motivos: a) a destruição das cidades europeias devido ao resultado do conflito, o que ocasionou o uso de matérias-primas, e com a demanda, fortaleceu-se a indústria de bens pesados; b) o fortalecimento da capacidade do capital produtivo regenerar-se rapidamente para reproduzir-se, por meio de créditos, empréstimos e protecionismo; e c) em decorrência do componente geopolítico perpetrado pela Guerra Fria, usado primeiramente como estratégia político-ideológica e posteriormente por uma ação econômico-social: a constituição do Estado de Bem-Estar Social permitiu o aumento no desenvolvimento interno, por meio da criação de emprego e manutenção competitivo dos salários, e as taxas de emprego e renda também aumentaram, o que estimulou as indústrias de bens de consumo, bem como o terceiro setor e, indiretamente, o turismo, observa Piketty (2014). Nesse período, não obstante, é conhecido como *boom* do turismo de massa, com um grande aumento quantitativo do turismo, inclusive perpetrado pela conquista de



direitos da classe trabalhadora, porém quase que circunscrita à Europa e aos Estados Unidos.

Em todos esses três, o papel do Estado tornou-se primordial, pois passou a ser o indutor e o reproduzidor de políticas, ações essas que reverberam nas atividades produtivas do turismo. Isso justifica, neste mesmo período, e em um aporte global, o surgimento das primeiras normas e estruturas dentro das administrações públicas, ligadas para ordenar o turismo. As ações, consolidadas por meio de aportes governamentais, tinham três vetores de intenção: planejamento em todo o ciclo; prover a infraestrutura dos objetos turísticos no território, como hotéis, restaurantes e similares; e mitigação dos impactos, sobretudo negativos, do fluxo turístico em determinado território, compreende Barreto (2003).

Na década de 1970, já com o início da crise do crédito que condicionou um processo contraditório de rompimento, dado por processo da estrutura capitalista vigente desde o pós-guerra, o turismo e as tecnologias de transporte se especializam ainda mais, com consequências no espaço-tempo: os primeiros cursos profissionais e de qualificação especificamente para entender o turismo, dotando-lhe um arcabouço técnico-científico próprio para ser pensado e planejado; e a produção dos maiores e mais rápidos meios de transportes do mundo: o *Boeing 747*, o maior já visto da história, o *TU-144* e o seu concorrente, o *Concorde*, e a implantação de trens de alta velocidade na Europa. Eles consolidam de vez o uso da tecnologia nos deslocamentos. Todas elas são caracterizadas por uma ação demandada pelo Estado, o que caracteriza-o como um elementar agente de planejamento, uso e desenvolvimento das atividades de produção e, de certa forma, também do turismo.

O turismo na atualidade: no *zeitgeist* flexível e informacional

Com a crise de superacumulação iniciada a partir da década de 1970, provocada no centro do capitalismo mundial, a economia global começou a se desacelerar. Nesse instante, as intencionalidades dos sujeitos que controlam o modo de produção capitalista alteraram-se: essa mudança deu-se na organização do trabalho, e na sua consequente divisão, bem como no papel do Estado e das firmas e instituições em geral. O modo de produção fordista dá lugar à acumulação flexível, e o Estado, com suas políticas públicas, tornou-se controlado, com a diminuição de políticas sociais e de transferência de renda.

Consolidou-se essa ideologia, intitulada de Neoliberalismo, com a ascensão política de teóricos desse pensamento em cargos de finanças ou orçamentários de países centrais, notadamente no Reino Unido e nos Estados Unidos, por meio da eleição de direitistas como Ronald Reagan e Margareth Thatcher. A própria reprodução da sociedade altera-se, com uma sobreposição da estrutura entre antes e depois desse período historicizado, que se deram nos últimos três decênios do século XX, pois:

272



“A modernidade fordista está longe de ser homogênea. Há muito nela que se vincula com uma fixidez e uma permanência relativas - capital fixo na produção em massa, mercados estáveis, padronizados e homogêneos, uma configuração fixa de influência e poder político- econômicos, uma autoridade e metateorias altamente identificáveis, um sólido alicerce na materialidade e na racionalidade técnico-científica e outras coisas dessa espécie. Mas tudo isso gira em torno de um projeto social e econômico de vir-a-ser, de desenvolvimento e transformação das relações sociais, de arte áurica e de originalidade, de renovação e vanguardismo. A flexibilidade pós-moderna, por seu turno, é dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial (particularmente no dinheiro), pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo” (Harvey, 2009, p. 304-305).

A acumulação flexível, em decorrência do avanço das técnicas, pode se reproduzir não mais com a justaposição dos territórios, mas com a sua sobreposição, dado inclusive nenhuma ligação íntima à realidade de algum lugar.

Outra característica é o fim da padronização que reinara, sob a égide constituída pelo fordismo, nas linhas de produção, bem como nas organizações administrativas das empresas e nas constituições da produção capitalista. Essa sistematização, a qual a divisão do trabalho materializava-se na especialização e conhecimento específico do trabalhador para a realização de tal função. Desde a década de 1970, o fordismo deu espaço à modo de organização taylorista - cujo aspecto empregado não se sustentava na qualificação inerente ao cargo do trabalhador - a qual as funções laborais passaram a serem não-fixas e não-rígidas, fluídas, as quais eram caracterizadas pelo conhecimento de todo o processo de fabricação ou de concepção de um bem e um serviço e a aplicação, a partir de encaixos individuais, de habilidades e técnicas a eles.

Urry (2007) é taxativo ao afirmar que o turismo também adaptou-se a essa variável, caracterizada pela diminuição da participação industrial das atividades produtivas e das relações de produção. Ele nomeia, assim, o turismo como um fenômeno pós-industrial, sobretudo a partir da década de 1970: com o *boom* do terceiro setor nas economias capitalistas ocidentais, as suas economias tiveram um aumento exponencial do setor de serviços e comércio, e nisso, o turismo apropriou-se desse movimento.

Mas a sua essência singular está notadamente nas ações síncronas dos agentes-atores, o que causou, nas próprias relações de produção, um movimento único, independentemente das localidades, conforme defende Santos (2012):

“O fenômeno da simultaneidade ganha, hoje, novo conteúdo [...] Hoje, cada momento compreende, em todos os lugares, eventos que são independentes, que,

273



por intermédio dos satélites, permitem a fotografia do planeta, permitem-nos uma visão empírica da totalidade dos objetos instalados na face da Terra. Como as fotografias sucedem em intervalos regulares, obtemos, assim, o retrato da própria evolução do processo de ocupação da crosta terrestre. A simultaneidade retratada é fato verdadeiramente novo e revolucionário para o conhecimento do real e o correspondente enfoque das ciências do homem, alterando-lhes, assim, os paradigmas. (Santos, 2012, p. 133)

Esse fenômeno implica em um mundo onde o uso sistemático da ciência e da técnica torna-se não somente essencial para a reprodução do capital, mas também para a reprodução da vida. Essa existência imposta pela simultaneidade é consequência de um mundo cada vez mais mundializado, cujas técnicas avançaram a tal ponto que as suas vertentes verticais e homogêneas, desde a acumulação do capital ao dia a dia das pessoas, as quais são substancializadas por meio de contornos não só econômicos, mas também de apreensão de consumo e culturais, como defende Castells (2001).

Outro fator a ser mensurado é a instantaneidade e rapidez, o que denota o seu escopo imediato e efêmero, sendo renovado em seguida, em um ciclo e um tempo rápido, em uma celeridade contumaz dos processos. Essa velocidade, permitida a partir da unicidade técnica, produz um espaço-tempo rápido, próprio do capital, e um mais lento, do cotidiano. O tempo da acumulação, ou *just-in-time*, é a natureza da imposição do capital: rápido, fluído e único. A intencionalidade por trás de sua mentalidade é se perpetuar nas relações de produção, em uma nova roupagem de colonização dos lugares e nos sujeitos, em nome da competitividade, da reprodução ainda mais voraz do capital. Funciona simbioticamente com a simultaneidade, pois por enquanto esta é sequencial e concomitante, o *just-in-time* é o fator tempo, o iminente, o sem tardar, defende, de forma taxativa, Santos (1994).

O cotidiano, por sua vez, é o tempo da realidade, dos espaços os quais o capital ainda está em vias de se instalar. A vida não se dobra para a necessidade da fluidez do capital, mas sim à vivência necessária, do que os sujeitos necessitam e não dos que eles querem - sentimento este acelerado pelo fenômeno da globalização. Na mesma medida, as relações econômicas e sociais, sob o baluarte da acumulação flexível, reverbera ainda mais a desigualdade entre as pessoas e os territórios, mesmo com a falsa justificativa da sociedade inserida em uma aldeia global.

A sociedade informacional, como aborda o sociólogo Manuel Castells (1942-) ou o período do meio técnico-científico-informacional, como afirma o geógrafo Milton Santos (1926-2001), ou a sociedade líquida, como sustenta o filósofo Zygmund Bauman (1925-2017), tem, apesar de nomenclaturas diferentes, uma convergência ao observar que o processo o qual o modo de produção se reproduz atualmente tem, como instância precípua, uma atribuição crucial da informação, cuja característica é se justapor e, na



suma maioria dos casos, se sobrepor às atividades produtivas e às relações de produção anteriores, ao sabor da reprodução capitalista. Aliado à simultaneidade e a instantaneidade, bem como à não-rigidez e ao contorno de avanço da tecnologia à rotina das pessoas, desagua na crescente e dependente informatização da técnica e dos usos nos territórios.

O turismo, como um fenômeno capitalista, também é afetado pela sociedade informacional. Com a acumulação flexível, houve um distanciamento das fronteiras e a busca de universalidade, por isso, o turismo mudou-se estruturalmente em face ao fenômeno da globalização, aponta Gastal (2002). Como fatores principais, observa-se o:

“Aumento da liberalização do comércio mundial, incorporação de novas tecnologias como a informática e as telecomunicações, integração horizontal e vertical das empresas de turismo, difusão territorial do consumo e flexibilização do trabalho nos diversos setores produtivos, incluindo o próprio setor do turismo.” (Beni, 2004, p. 19).

Nesse período, houve também uma nova alteração da psicosfera, que é “o conjunto de crenças, desejos, hábitos, linguagem, sistemas de trabalho, associados ao espírito de uma época” (Santos, 1988, p. 313). Modificada pelas técnicas de informação e comunicação que, tinham como finalidade, cada vez mais, o incentivo e a propaganda a favor das trocas culturais entre diferentes lugares, o que fez, intimamente, crescer o desejo de viajar, e que fomentou uma técnica de mensuração de qualificação de produtos e ideias cuja finalidade seja a comercialização destes, como o *marketing* ou a promoção do turismo, corroborando com Molina (2003) e Santos e Silveira (2012).

Há pontos positivos com a globalização, como a evolução dos meios de transportes, inclusive intercontinentais, além de avanço e facilidades nas comunicações, como apontam Rejowski e Solha (2002). Porém, a informação e o componente do incremento da tecnologia passaram a ser algo fundamental para o consumo de turismo no atual estágio do modo de produção capitalista. Cada vez mais informatizados, os sistemas de acolhimento, hospedagem, localização e avaliação do turismo fazem-se presente, tornando-os primordial - e não coadjuvante - para a própria existência de fluxos de turistas no território.

Alinhado unicamente ao consumo, a instantaneidade e a simultaneidade são suscitadas quando o capital financeiro é atrelado aos equipamentos do turismo, e ele se agregar às incorporadoras, imobiliárias e financeiras internacionais, como redes de hotéis e construtoras, assumindo o seu papel especulativo e de congregação à unicidade técnica e à produção da lógica do *just-in-time*. Por último, a instantaneidade é revelada aos destinos “da moda”: seus ciclos de vida e morte são muito mais constantes e dinâmicos, denotando que agora o turismo nasce da expectativa do indivíduo, da



arguição pessoal com vistas ao prazer que se situa no imaginário de cada um, como aponta Urry (2007). A própria segmentação do turismo surgiu, numa ótica meramente mercadológica, para dar respostas a esses anseios, por um prospecto individual dos turistas, cada qual com necessidades e interesses específicos.

Essa própria instantaneidade acelerou-se com o advento e a propagação da internet na realidade das pessoas. Com ela, o espaço, por meio da virtualidade, também se impõe, o que culmina em uma sobreposição. Pessoas podem avaliar, pesquisar, planejar uma viagem e até mesmo visitar cidades e atrativos turísticos a quilômetros de seu lugar de morada, o que, na literatura, consumou-se a partir do nome de “pós-turismo”, mas caracteriza, nada mais, à convergência das técnicas, da ciência e da informação no fenômeno turístico dada a atual estrutura do sistema capitalista, conforme teoria elaborada por Molina (2003).

Segundo este autor, a função do setor público, e conseqüentemente do Estado para com o turismo, também se alterou: aumentou o componente da iniciativa privada, e do capital, portanto, à gestão e ao planejamento do turismo ao redor do mundo. Institucionalmente, houve o compartilhamento da gestão, descentralizando-a, para escalas político-administrativas menores, como municípios e regiões, bem como a administração para membros das empresas, com a fragmentação de macroplanejamentos.

Por um outro lado, como defende Hall (2001), enfatiza que todo esse movimento teve duas ações que modificaram o planejamento e a estruturação produtiva do turismo. A primeira é a inserção de outros agentes-atores na sua governança, com a possibilidade de sujeitos, fora do quadro de agentes econômicos e políticos terem condição de pautarem as suas demandas. Porém, como argumentam Burtzyn (2003) e Silva *Et. Al.* (2021), isso transparece e dá a entender que houve a ampliação de poder, porém somente houve um aumento quantitativo desses sujeitos na participação, majoritariamente consultiva. As instâncias de poder, estas deliberativas, permaneceram alteradas.

A segunda posição é de uma posição ligada à esta última, que é a concepção endógena do turismo, cuja gestão é feito em um movimento sobre-justaposto, de “cima-baixo-cima”. Porém, isso também se reverte de uma prerrogativa enganosa, sendo que a posição de controle efetivo e dominação de recursos econômicos e políticos das forças produtivas permanecem e estão inalteradas junto aos agentes econômicos, homogeneizando o próprio turismo e suas práticas e relações econômicas e sociais, como conclui pesquisa de Sousa (2018).

Como em um desdobramento global, observa-se que os trabalhadores do turismo tiveram suas garantias laborais flexibilizadas. Com a diminuição das regras trabalhistas, para culminar em uma maior acumulação do capital, houve perda de direitos, tornando a mais-valia maximizada de maneira latente, como defende Siqueira (2005). Por isso, o papel do da sociedade informacional acarreta uma dicotomia no



turismo: o avanço da tecnologia, a instantaneidade e as relações sociais e econômicas informacionais fez o turismo, qualitativamente, ser melhor?

Considerações finais

O turismo é denominado como um fenômeno porque ele passou a ser/ter uma relação de produção junto à economia e, como consequência, à realidade social. Essas condições foram gestadas pela condições de valor de troca concebidas pelo modo de produção capitalista, que possibilitou o acúmulo primitivo de capital pelo excedente de matérias-primas, e a possibilidade de economizar dinheiro, e disto, viajar.

Porém, o turismo perpassou esses últimos cento e cinquenta anos dado pelo seu caráter puramente econômico e de mercado. Nos últimos setenta anos até a atualidade, o modo de produção capitalista transcorreu por dois paradigmas, que em sua gênese, redefiniu as bases de sua relação de produção e de organização. Na prática, após a Crise de 1929, mas sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, caracterizou-se pelo aumento da demanda em decorrência da expansão capitalista que atingiu, em certa instância, a classe trabalhadora, esta, alijada do processo de constituição do turismo desde o início, e lembrada somente como uma engrenagem ligada ao subsistema do mercado nos modelos de sistematização do turismo, com uma forte interferência do Estado na economia e nas atividades produtivas. Mesmo nesta conquista de direitos, é visível que os trabalhadores do norte-global se sobressaíram, em comparação aos dos países em desenvolvimento e pobres, inclusive nos tempos contemporâneos e na égide da globalização.

Nesse período, a tecnologia foi ainda mais renovada, como demonstra os autores das diversas áreas relatados neste artigo, sobretudo no tocante à circulação, e nisso, ainda mais aliada às forças produtivas, que, substancializou-se em meios de transportes ainda mais rápidos do que aqueles projetados no final do Século XIX. Assim, o turismo apropriou-lhes e transformou-lhes em meio de produção. A circulação e a distribuição, assim, tornaram-se objetos do turismo, com funções de deslocamento (ônibus, aviões, navios), e de natureza estritamente turística (hotéis, equipamentos de turismo). Esse processo também forjou uma psicofera própria, um *zeitgeist* do turismo, que por fim, revelara uma máscara de fetichismo da mercadoria, desenrolada no consumo de uma porção do território e desses objetos, além da resultante do *status* dessas duas ações, que se publicizam, antes, por álbuns de fotografias, e hoje por cliques “instagramáveis”.

Já no último quartel do Século XX, a informacionalização das relações de produção também chegou ao turismo, e, com o instrumento da internet, acelerou os processos vigentes, e modificou toda a sua estrutura socioeconômica: mais instantâneo, a sua produção deriva não só do que é constitutivo na materialidade territorial, mas também do virtual, cujas aspirações e desejos, condições determinantes para se fazer a



viagem e consumir uma porção do espaço geográfico para fins de turismo, se dão em casa, na palma da mão, muitas vezes. Com uma desregulamentação, em todas as áreas, inclusive na disposição de direitos trabalhistas, combinada com privatizações e um empenho enxuto do Estado, as corporações econômicas e transnacionais arregimentam suas posições e técnicas, e estas tornam-se, por sua vez, hegemônicas, mesmo com a falsa retórica de descentralização política e envolvimento de mais agentes-atores, inclusive da sociedade civil, na governança do turismo e de suas políticas públicas. Dessa maneira, é possível observar que o turismo, a partir da análise da Economia Política, como atividade produtiva, constituiu-se das mesmas lógicas e ações de outras atividades de produção, e reproduziu as demandas do capitalismo conforme os seus dogmas paradigmáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, Y. M. (2002). História das viagens e do turismo. 2. ed. rev. São Paulo: Aleph.
- Barbosa, T. P.; Silva, O. V. D. (2011). Origens e significados do lazer. *Revista científica eletrônica de turismo*.
- Barreto, M. (2003). Planejamento e organização em turismo. 9. ed. Campinas: Papirus. 101 p. (Coleção turismo).
- Beni, M. C. (2004). Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira. 2. ed. amp. e atual. São Paulo: Aleph. 208 p. (Série turismo).
- Bursztyn, I. (2003). A influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil. In: *Caderno Virtual de Turismo*. Vol. 3, Nº 4.
- Castells, M. (2001). A sociedade em rede. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Gastal, S. (2002). Turismo: investigação e crítica. In: Gastal, S. (org.). Turismo: investigação e crítica. São Paulo: Contexto. 110 p. (Turismo contexto).
- Hall, M. C. (2001). Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto.
- Harvey, D. (2009). Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. [18. ed.]. São Paulo: Loyola. 349 p.
- Ignarra, L.R. (2003). Fundamentos do turismo. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Thomson. xi, 135 p.
- Molina, S. (2003). O pós-turismo. 2. ed. São Paulo: Aleph. 130 p. (Série Turismo).
- Mumford, L. (2008). A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. 5. ed. São Paulo: M. Fontes.
- Piketty, T. (2014). O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca. 669 p.
- Rejowski, M. (2002). Desenvolvimento do Turismo Moderno. In: Rejowski, Mirian (org.) Turismo no percurso do tempo. São Paulo: Aleph, 2002. 157 p. (Série turismo).



- Rejowski, M; Solha, K. T. (2002). Turismo em um cenário de mudanças. In: Rejowski, M. (org.) Turismo no percurso do tempo. São Paulo: Aleph. 157 p. (Série turismo).
- Santos, M. (1988). Réflexions sur le rôle de la géographie dans la période technico-scientifique. *Cahier de Géographie du Québec*.
- Santos, M. (1994). Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, SP: Hucitec. 190 p
- Santos, M. (2011). Por uma Nova Globalização: do pensamento único à consciência universal. 20ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Santos, M. (2012). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo, SP: EdUSP. 384 p. (Coleção Milton Santos ; 1).
- Santos, M. (2014). Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: EdUSP 136 p. (Coleção Milton Santos ; 10).
- Santos; M; Silveira, M.L. (2012). O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI. 16ª Ediação. Rio de Janeiro: Record.
- Silva, J. F. *Et. Al.* (2021). Turismo, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões e interfaces. *Revista Sociais E Humanas*, 34(1). <https://doi.org/10.5902/2317175838276>
- Singer, P. (1987). O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 8. ed. São Paulo: Moderna. 87 p. (Coleção polêmica).
- Siqueira, D. E.(2005). História social do turismo. Rio de Janeiro: Garamond. 163 p.
- Sousa, D. D. (2018). O uso do território e suas homogeneizações e heterogeneizações na política de turismo na Região Turística de Brasília. (Dissertação em Geografia, Universidade de Brasília).
- Trigo, L. G. G; Panosso Netto, A. (2003). Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade. São Paulo: Aleph. 109 p. (Turismo (Aleph)).
- Urry, J. (2007). O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas . 3. ed. São Paulo: Studio Nobel. 231 p. (Coleção Megalópolis).



INFORMAÇÃO (ÕES) DO (S) AUTOR (ES)

- *1 Doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Integrante do Núcleo de Políticas Públicas de Turismo da Universidade de Brasília (NUPPTUR/CET/UnB). E-mail: diogodiniz40@yahoo.com.br

REVISTA CIENTÍFICA ATELIÊ DO TURISMO – VINCULADA A



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**